



**PARECER Nº 1870, DE 2025, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 624, DE 2024**

De autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Leci Brandão, o projeto de lei em epígrafe altera a Lei Estadual nº 7.844, de 13 de maio de 1992, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais, lazer, e dá providências correlatas, para incluir os estudantes de cursos sociais, populares e comunitários.

A presente proposição esteve em pauta, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, nos dias correspondentes às 113ª a 117ª Sessões Ordinárias (de 29/08 a 04/09/2024), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

Em sequência, a proposição foi encaminhada à análise desta Colenda Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos, conforme previsto no artigo 31, § 1º, do Regimento Interno.

É o relatório.

A proposta legislativa visa estender o direito a meia-entrada em estabelecimentos culturais e de lazer aos estudantes de cursos pré-vestibulares, de preparação de concursos públicos ou de complementação escolar.

Em sua justificativa, a autora argumenta:

Os estudantes de cursos sociais, populares e comunitários criaram uma categoria de estudantes que se vê à margem dos direitos conquistados por outros estudantes.

Além da dificuldade de conquistar uma vaga na Universidade, em concursos públicos ou complementação acadêmica, esses estudantes ainda sofrem com o preconceito de não serem reconhecidos como categoria estudantil.

O presente projeto de lei tem o objetivo de corrigir esta distorção social, reconhecendo esses estudantes de pré-vestibulares, de preparação de concursos públicos ou de complementação escolar como uma categoria efetiva de estudantes.”

De início, destaca-se que a matéria está inclusa na competência comum entre os entes federados, qual seja, de proporcionar os meios de acesso à cultura, nos termos do **artigo 23, V, da Constituição da República**.

Por outro lado, no sistema federativo brasileiro a competência legislativa do Estado-membro é de natureza **residual** ou **remanescente**, cabendo-lhe dispor sobre as matérias que não são de competência da União ou do Município, conforme se infere do disposto no artigo 25, § 1º, da Constituição da República, segundo o qual *“são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”*.

Deste modo, basta que determinada matéria não esteja inserida no domínio federal ou municipal para ensejar a atuação do Estado-membro, seja por meio de medidas legislativas genéricas e abstratas, seja mediante ações concretas voltadas para a defesa do interesse público. Se o assunto extrapola o interesse local e envolve uma pluralidade de municípios, **como o caso**, seguramente que a matéria não está inserida no domínio municipal e passa a ingressar no domínio estadual.

Ademais, a matéria não está elencada constitucionalmente entre aquelas cuja competência legiferante é privativa do Governador do Estado, sobretudo a teor do artigo 24, § 2º, da Constituição Estadual, podendo, portanto, ser provocada por qualquer parlamentar.

Sendo assim, no que atine à constitucionalidade da proposta, **não há qualquer ofensa de cunho material ou formal que venha a impedir a regular tramitação da proposta**.

Já no que tange à **técnica legislativa**, a proposta se encontra em consonância ao que dispõe a Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e, por conseguinte, favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 624, de 2024.

Reis – Relator

APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO REIS, FAVORÁVEL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 26/11/2025.

Thiago Auricchio – Presidente

| | |
|------------------|------------------------------|
| Thiago Auricchio | Favorável ao voto do relator |
| Conte Lopes | Favorável ao voto do relator |
| Reis | Favorável ao voto do relator |
| Emídio de Souza | Favorável ao voto do relator |
| Solange Freitas | Favorável ao voto do relator |
| Marta Costa | Favorável ao voto do relator |
| Delegado Olim | Favorável ao voto do relator |